

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada

Inês de Medeiros

Assunto: Pedido de informações sobre despesa pública com produtos e serviços da Microsoft e avaliação de alternativas de software livre.

No âmbito das nossas competências de acompanhamento da atividade municipal e defesa dos interesses das populações, dirigimo-nos a V. Exa, ao abrigo do disposto na alínea k) do número 1 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, para solicitar a prestação célere de informações detalhadas sobre os valores gastos pela Câmara Municipal de Almada em contratos, diretos ou indiretos, relativos a produtos ou serviços da Microsoft, no último mandato.

Este pedido enquadra-se na necessidade de garantir a transparência na gestão dos dinheiros públicos e de avaliar o cumprimento dos princípios de eficiência, economicidade e promoção do software livre, conforme defendido pelo Bloco de Esquerda em diversas ocasiões, designadamente:

1. **A transparência na gestão dos dinheiros públicos** e o escrutínio das opções tecnológicas do Município são fundamentais para assegurar a eficiência e a independência do Estado e das autarquias;
2. **O recurso sistemático a software proprietário**, como o ecossistema da multinacional Microsoft, gera fenómenos de dependência tecnológica (vendor lock-in), limitando a autonomia administrativa e condicionando orçamentos futuros;
3. **A utilização de Software Livre** e de Código Aberto (Open Source) é frequentemente apontada por diversas instâncias europeias como uma via para reduzir custos de licenciamento, aumentar a segurança cibernética e promover a soberania digital;
4. **É necessário aferir o peso real — direto e indireto —** que estas soluções representam no orçamento da Câmara Municipal de Almada, bem como nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) e empresas locais.

Neste sentido, solicito que sejam prestadas as seguintes **informações**:

1. **O valor total despendido** pela autarquia, órgãos e empresas municipais em contratos com a Microsoft, as suas subsidiárias ou intermediárias, discriminando:
 - Licenças de software (ex: Microsoft 365, Windows, Azure, etc.);
 - Serviços de suporte, manutenção ou consultoria;
 - Equipamentos ou soluções que incluam tecnologia Microsoft;
 - Formação ou outros serviços associados.
2. **A lista completa dos contratos celebrados**, com indicação do objeto, valor, duração, entidade adjudicante e adjudicatária, e data de celebração.
3. A fundamentação da **opção** por produtos ou serviços da Microsoft, nomeadamente:
 - Se foram realizados estudos comparativos com alternativas de software livre ou de outros fornecedores;
 - Se existiram avaliações de custo-benefício ou de impacto na soberania tecnológica e na privacidade dos dados;
 - Se foram consideradas as implicações da dependência de um único fornecedor estrangeiro, à luz das orientações europeias sobre digitalização soberana.
4. **A identificação de eventuais cláusulas de confidencialidade** que possam limitar a transparência ou o controlo democrático sobre estes contratos.
5. **Proteção de Dados**: Se os dados críticos do Município e dos cidadãos de Almada alojados em serviços da nuvem/cloud da referida multinacional estão sujeitos a jurisdição exclusivamente europeia ou se existe transferência de dados para fora da União Europeia.
6. **A indicação de medidas concretas** que a Câmara Municipal de Almada tenha adotado ou pretenda adotar para promover a utilização de software livre e de soluções tecnológicas soberanas, em linha com as recomendações do Bloco de Esquerda e da União Europeia para fortalecer a autonomia e soberania digital.

Solicito que a informação seja prestada por escrito, no prazo legalmente previsto.

Almada, 12 de janeiro de 2026

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Jefferson Oliveira